

ENSINO SUPERIOR E INOVAÇÃO COMO VECTORES DE POLÍTICA REGIONAL

*Alcino Pinto Couto**

Resumo

A relação entre Ensino Superior e desenvolvimento local e regional tem vindo a merecer uma atenção crescente por parte dos especialistas e do poder público. A sua utilização como instrumento de promoção do desenvolvimento económico e social procura responder ao objectivo de criação de capacidade competitiva sustentada em dinâmicas de inovação marcadas por uma maior colaboração entre as estruturas de Ensino Superior e os sectores privados e públicos. O seu crescente envolvimento com a estrutura económica é tido como elemento potenciador de uma inserção qualitativamente diferenciada das economias locais e regionais na dinâmica de globalização económica. Este facto, coloca as estruturas de Ensino Superior perante desafios e impõe objectivos e tarefas que ultrapassam visivelmente as missões tradicionais.

1. Introdução

A política regional tem vindo a conhecer ao longo das últimas três décadas significativas alterações quanto à sua concepção e conteúdo. Assiste-se a uma tendência crescente para a desagregação das variáveis a que recorre como instrumentos de análise e de operacionalização das suas formas de intervenção.

É neste quadro que surge a utilização deliberada do Ensino Superior como instrumento de desenvolvimento regional. São muitos os casos em que, desde a década de 70, o objectivo de promover a revitalização dos tecidos produtivos local e regional tem determinado a localização de novas Instituições de Ensino Superior, como meio de combater quer problemas de declínio industrial, quer problemas de atraso de desenvolvimento.

Os exemplos, entre outros, das Universidades de Leyden, Twente, Limburg (Holanda), Sheffield (Reino Unido), Lulea (Suécia), Tromsø (Noruega) e Quebec (Canadá) Évora, Beira

* Departamento de Gestão e Economia - Universidade da Beira Interior

Contacto: acouto@alpha2.ubi.pt

Interior e Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal) traduzem a afirmação progressiva do Ensino Superior como elemento importante da política de desenvolvimento regional.

Num contexto mais recente, a avaliação do impacto dos fenómenos de globalização dos mercados sobre as economias locais e regionais e dos atributos e competências necessárias à sustentabilidade de desempenhos competitivos, tem conduzido à defesa de uma crescente interpenetração das políticas de ciência, tecnologia, industrial e regional.

Não constituindo o Ensino Superior o único vector de uma política regional predominantemente ancorada na inovação e na transferência e endogeneização de tecnologia, reconhece-se-lhe, contudo, um papel estratégico na formação do potencial de inovação. O facto de constituir, em muitos dos casos, o pólo com maior capacidade de endogeneização e criação de conhecimentos e produção tecnológica tem vindo, de modo crescente, a ser atribuído às Instituições de Ensino Superior responsabilidades na organização das bases de sustentabilidade e de ajustamento estrutural das economias locais e regionais.

Pretende-se com a comunicação analisar alguns aspectos relacionados com os desafios que enfrentam, no contexto actual, as Instituições de Ensino Superior e reflectir sobre as perspectivas associadas à utilização destes instrumentos de política de desenvolvimento descentralizado.

Começamos por abordar a crescente interacção entre ciência e desenvolvimento e os desafios daí resultantes para o Ensino Superior. Debruçamo-nos em seguida sobre a relação entre Ensino Superior e dinâmicas de inovação territorializadas, numa perspectiva centrada no papel das políticas e avaliação do impacto. É apresentada também uma breve reflexão sobre o caso da Universidade da Beira Interior. Concluímos com algumas considerações sobre a especificidade do projecto do Instituto de Estudos Superiores do Litoral Alentejano.

2. A Ciência como Factor de Desenvolvimento: novos desafios para o Ensino Superior

2.1. O papel da ciência na economia contemporânea: breves considerações

Até meados da década de 80, a ciência e a tecnologia não mereceram por parte das teorias económicas predominantes, apesar do volume de investimento afectado a estas actividades pelos países mais desenvolvidos, uma análise profunda e um esforço de compreensão do seu impacto no desenvolvimento económico e social.

Até então, a ciência e a tecnologia foram tratados como variáveis extra-económicas, como factores de natureza residual. Apesar de reconhecido o seu contributo para o aumento da

produtividade, a explicação dos mecanismos através dos quais se projectava a sua influência no desempenho económico permaneceu no interior da *black box*.

O contributo para uma maior explicitação dos seus efeitos sobre o potencial de crescimento é significativamente tributário do papel das novas teorias de crescimento e das teorias evolucionistas e, no quadro destas últimas, interessa sublinhar as abordagens centradas no conceito de sistemas de inovação. A importância destes novos contributos reside no facto de conceberem a produção científica e tecnológica como fenómenos intrínsecos ao processo económico e social.

Esta evolução teórica no sentido da endogeneização das variáveis que regulam o processo de produção, organização e gestão da ciência e da tecnologia é concomitante com o fenómeno de globalização que penetrou em todos os domínios da actividade económica, social, política e cultural. A dinâmica de globalização introduziu novos mecanismos de regulação e de afectação e criação de recursos, influenciando profundamente os alicerces de sustentabilidade do poder competitivo das economias nacionais, regionais e locais.

Com efeito, o poder competitivo nas economias contemporâneas jamais se organiza em torno da dotação factorial, mas sim na capacidade de criar valor. O significativo incremento da mobilidade de recursos produtivos diluiu a importância económica da dotação de recursos físicos e fez emergir como âncora do poder competitivo sustentado a capacidade de combinar de forma singular os recursos produtivos. Combinar de modo singular recursos produtivos significa inovar. Processo este, cuja crescente complexidade vem requerendo a utilização de tecnologia cada vez mais intensiva em ciência.

A natureza da sociedade e da economia contemporâneas é basicamente determinada pela importância crescente que os recursos intangíveis ocupam no processo de criação de riqueza. A capacidade de manipulação destes recursos encontra-se associada ao *stock* de conhecimento acumulado e à capacidade de renovar esse conhecimento através da sua produção ou de mecanismos de transferência e de endogeneização.

Obviamente que nem todo o conhecimento tem uma base científica. Mas o que parece ocorrer é um processo de *cientificação* da sociedade. A complexidade dos problemas, o seu crescente carácter multidisciplinar, o nível de incerteza e de turbulência e a globalização das redes de interacção, formais e informais, entre outros factores, tendem a impor como condição de uma interacção bem sucedida e de um desempenho competitivo positivamente diferenciado não só a necessidade imperativa do *upgrading* contínuo da base de conhecimentos, como a sua reorientação para uma utilização mais intensiva do conhecimento científico.

Tal como o conceito schumpetereano de empresário dinâmico procede a integração da economia e inovação, a economia e a sociedade intensiva em conhecimento (*knowledge society*) tende a impôr a integração da estrutura económica e da base científica e tecnológica no quadro do sistema de inovação. A característica básica deste processo assenta na capacidade dos diferentes actores produzirem, assimilarem e aplicarem de modo interactivo (*learning process*) o conhecimento científico e tecnológico que emerge como recurso estratégico da economia contemporânea.

2.2. O Ensino Superior face à mudança: missões e desafios

As mutações estruturais ocorridas nas últimas duas décadas foram profundas e introduziram um novo paradigma técnico-económico. Uma das suas consequências mais significativas reside nos efeitos sobre as missões, os objectivos, as decisões estratégicas e práticas operacionais das organizações. A afirmação de um novo quadro institucional implica a alteração de valores, normas e rotinas existentes. Estas mudanças são evidentes, por exemplo, quer ao nível geo-político quer empresarial.

Difícilmente a academia poderia ficar à margem desta corrente de mudança. A problemática da academia face a estas modificações de natureza estrutural ganhou uma renovada centralidade na agenda dos investigadores.

É visível na literatura actual um intenso debate sobre as novas missões para a academia, o seu papel na sociedade contemporânea, o sistema e o modelo de Universidade e de Instituições de Ensino Superior mais adequados para fazer face aos novos desafios impostos pelas novas necessidades sociais, os riscos de desconfiguração da integridade institucional num contexto de mudança, a relação entre ciência e tecnologia, o tipo de envolvimento no processo de difusão do conhecimento científico e os efeitos das pressões externas (constrangimentos financeiros, novos mecanismos de contratualização baseados no predomínio crescente de *mission-oriented programmes*, maior dependência da investigação do financiamento empresarial e concorrência entre instituições académicas) e internas (inexistência de consenso estratégico gerador de conflitualidade entre correntes resistentes e favoráveis à mudança).

Um dos traços mais visíveis de mudança da academia, estreitamente associados a factores anteriormente apontados, é o envolvimento explícito de algumas instituições académicas, assumido como objectivo estratégico, na dinâmica de desenvolvimento económico e social das regiões em que se inserem e na capitalização dos *outputs* das suas actividades de investigação. Os

casos são inúmeros, mas o que interessa aqui salientar é o facto deste processo ter conduzido a uma classificação das instituições académicas de acordo com a intensidade relativa das diferentes missões. Emergiram as noções de *Teaching Universities*, *Research Universities* e, mais recentemente, *Entrepreneurial Universities*.

De um modo simplificado, as primeiras caracterizam-se por ter como missão fundamental a transmissão de conhecimentos, o ensino. As segundas a investigação e produção de conhecimento. Finalmente, as *Entrepreneurial Universities* caracterizam-se, por um lado, pela produção e difusão de conhecimento, pelo significativo envolvimento na comercialização de patentes e na criação de empresas intensivas em tecnologia (*start-up firms*). Por outro, tendem a assumir um papel catalisador, por vezes *quase governamental*, através de uma relação proactiva, directa e diversificada com o tecido empresarial e, de um modo geral, com os utilizadores de conhecimento científico e tecnológico.

Esta classificação, mais do que corresponder à realidade, parece-me responder a necessidades de natureza analítica. Com efeito, uma análise mais fina das características intrínsecas do *output* resultante das actividades das Instituições de Ensino Superior e dos requisitos subjacentes ao seu papel na sociedade contemporânea torna evidente a necessidade de uma elevada articulação/integração das diferentes missões.

As Instituições de Ensino Superior contribuem para o processo de acumulação científica e tecnológica através de dois vectores fundamentais: pela produção de conhecimento codificado (*codified knowledge, software*) e pela produção de competências, capital humano (*tacit knowledge, skills*).

Como exemplos de conhecimento codificado temos os artigos e patentes. Trata-se de conhecimento incorporado num produto específico e que requer por parte do utilizador competências para uma compreensão e aplicação eficazes. Quanto maior o grau de complexidade do *software*, mais elevado o nível de competências requerido para proceder à descodificação necessária à sua utilização adequada. Uma particularidade deste tipo de conhecimento é a mobilidade e velocidade de difusão que o seu carácter padronizado e as infra-estruturas logísticas que suportam a economia de informação potenciam.

As competências constituem atributos que se vão incorporando nos indivíduos e nos actores, através do processo de aprendizagem/investigação e expressam a sua capacidade de manipulação do conhecimento codificado e de elaboração de novos conhecimentos. Este tipo de conhecimento é mais difícil de transmissão e apropriação, requerendo para o efeito contactos face-a-face, mobilidade e dinâmicas de cooperação científica de modo a superar as barreiras impostas pelo carácter localizado e de bem rival que tende a regular o seu processo de acumulação. A sua

acumulação processa-se pela transmissão de conhecimentos, pelo ensino, ou pela experiência acumulada no desenvolvimento de actividades de investigação. A fonte de acumulação de capital humano intensivo em conhecimento científico não é unicamente o ensino, mas também, e de um modo crescente, as actividades de investigação.

Deste modo, parece existir uma elevada complementaridade entre não só as actividades de transmissão e produção de conhecimentos, como uma significativa interacção entre conhecimento codificado e capital humano. Esta complementaridade constitui um elemento central das dinâmicas de inovação com base na valorização económica dos *outputs* científicos e tecnológicos, e a sua fragilidade explica a existência do *gap* tecnológico ou do insucesso e dificuldades do processo de transferência de conhecimento científico e tecnológico.

A evidência empírica parece validar a importância desta relação. Com efeito, podemos encontrar aqui uma parte significativa da explicação para o fenómeno do *entrepreneurial researcher* e o crescente envolvimento das universidades na sua promoção como meio de capitalizar o *portfólio* de patentes. Obviamente, que o facto de muitas vezes se tratar de tecnologias embrionárias pode explicar a não assumpção do risco por parte das empresas ou de outras iniciativas externas à academia.

Mas também não é menos evidente que a interacção científica e tecnológica requer níveis de competência similares. Este requisito explica o facto de a colaboração Universidade-Indústria ter maior sucesso com empresas que possuem os seus centros de competência de I&D. Mesmo neste contexto, a colaboração entre a empresa que procede ao desenvolvimento de uma tecnologia licenciada por uma Universidade e o investigador ou investigadores responsáveis pela sua emergência tende a prolongar-se.

Assim, a contribuição da academia para um melhor desempenho económico parece não depender especificamente deste ou daquele modelo de universidade mas de uma adequada articulação das diferentes missões: transmissão, produção e difusão de conhecimento. Naturalmente, que um tipo de especialização intra-sectorial ou mesmo no interior de cada instituição, de acordo com as dinâmicas das diferentes áreas disciplinares ou unidades de investigação, poderá ocorrer e até será desejável ou inevitável. Contudo, implica políticas organizacionais estimuladoras de elevada interacção de modo a que a transmissão, produção e difusão do conhecimento se estabeleça adequadamente, isto é, que as funções de ensino, investigação e difusão adquiram a sua plena eficácia perante os novos desafios.

3. Ensino Superior e Dinâmicas de Inovação Territorializadas: políticas e impacte

Os objectivos de democratização e de maior equidade territorial no acesso ao ensino superior e a necessidade de desenvolvimento e revitalização económica tiveram como consequência um aumento exponencial de mão-de-obra altamente qualificada, do número de investigadores e do volume de investigação produzida, bem como a descentralização/territorialização das estruturas de ensino superior.

Este processo criou as condições, e perante a visibilidade de casos de sucesso de dinamismo económico com o centro gravitacional nas universidades, para que a política regional beneficiasse, desde os finais dos anos 80, de uma maior centralidade no âmbito da política económica. Deste modo, tem-lhe vindo a ser atribuído um papel de importância similar às políticas macro-económicas e sectoriais orientadas para a promoção da capacidade competitiva e de bem-estar económico-social.

Neste quadro, o Ensino Superior tem vindo a assumir um explícito e crescente protagonismo como instrumento de política científica, tecnológica e industrial vocacionada para o desenvolvimento local e regional. Diferentes modelos de intervenção têm vindo, com maior ou menor sucesso, a ser objecto de operacionalização, visando a criação de sinergias entre estas diferentes dimensões da política económica e a sua integração numa base territorial. Conceitos como parques de ciência e tecnologia, tecnopólos, centros de incubação, centros de transferência tecnológica, são exemplos, entre outros, do esforço de criação de ambientes com potencial de incubação de dinâmicas de inovação centradas na crescente utilização da base científica e tecnológica.

Contudo, importa salientar que as trajectórias observadas são muito diferenciadas e contextualizadas. Elas distinguem-se não só quanto ao modelo de intervenção, mas também quanto à natureza e intensidade da interacção estabelecida entre as Instituições de Ensino Superior e o seu meio envolvente.

Podemos observar situações em que seu impacte é fundamentalmente estático, circunscrito aos efeitos directos e indirectos - em termos de emprego, rendimento e revitalização urbana e cultural - da regionalização da despesa com o Ensino Superior público e à emergência de novos segmentos da estrutura demográfica e da procura local, fundamentalmente estudantes e professores. Deste ponto de vista, os efeitos não são estruturalmente distintos da regionalização de outro tipo de intervenção pública de idêntica dimensão como, por exemplo, um hospital ou outras infra-estruturas públicas de prestação de serviços com significativo volume de investimento e emprego.

Não constituindo efeitos de menor importância, tendo presente o contexto económico, social e cultural das comunidades e economias que acolhem as novas estruturas de Ensino Superior, não se trata, todavia, de factores singulares à instituição académica. Com efeito, o que caracteriza as instituições universitárias é a sua vocação para a produção, transmissão e difusão de conhecimento. Assim, o vector de impacto a considerar com maior relevância estratégica são os fluxos de conhecimento científico e tecnológico, formais ou informais, gerados pela sua actividade e pela interacção resultante da sua inserção em redes de âmbito local, regional, nacional e internacional.

Apenas através destes mecanismos é que as Instituições de Ensino Superior poderão afirmar plenamente a sua aptidão como centros de competência científica e tecnológica, como centros de descodificação, endogeneização e criação de conhecimento codificado e tácito e, deste modo, contribuir para o *upgrading* da base científica e tecnológica.

Este aspecto é tanto mais relevante não apenas pela razão de constituírem em muitos casos, pelo menos potencialmente, o centro com maior capacidade de competências estratégicas nas regiões em que se inserem, mas também pelo facto, e não existe evidência empírica que claramente contrarie este pressuposto, de na sociedade e na economia emergente o desempenho positivamente diferenciado depender menos da importância das economias de escala e de um modo crescente da capacidade de acumulação de conhecimento, de organização e de relacionamento externo.

Assim, neste contexto, parece haver oportunidade para que as Instituições de Ensino Superior possam contribuir, desde que assumam um comportamento estrategicamente adequado e encontrem uma envolvente política, económica, social e cultural favorável, para que o protagonismo competitivo orientado para o incremento sustentado das condições de vida da população também tenha lugar a níveis mais descentralizados de organização política, económica e social.

4. Impacte da Universidade da Beira Interior no Desenvolvimento Regional: algumas reflexões

Não existem até ao momento estudos sobre o impacte da Universidade da Beira Interior na Região. Aliás, questão que é comum ao universo das universidades portuguesas e à grande maioria das universidades de outros países, pois trata-se de um tópico de investigação que apenas num período recente mereceu uma atenção acrescida por parte dos investigadores.

Tal como em todos os fenómenos emergentes, as metodologias de estudos e os esforços de modelização das abordagens sobre o impacte das universidades enfrentam obstáculos de diferente natureza; não só a inexistência de base de dados, como problemas de medida e de quantificação de variáveis e dinâmicas de características intrinsecamente qualitativas.

Deste modo, as análises baseiam-se em alguns indicadores de *inputs* e, em menor grau, de *output*, mas essencialmente recorrem ao processo designado na literatura por *anecdotal evidence* que, todavia, apresenta fragilidades por não corresponder a uma análise sistemática e mais refinada do ponto de vista metodológico.

Não é meu objectivo tratar aqui um conjunto de dados quantitativos sobre uma Universidade que se encontra numa fase inicial do seu ciclo de vida, 13 anos como Universidade e 7 como Instituto, com 4105 alunos, cerca de 344 docentes, dos quais aproximadamente 35% são doutorados, com 18 licenciaturas nas áreas das Ciências Exactas, Ciências de Engenharia, Ciências Sociais e Humanas, e Ciências da Saúde (esta com início no ano 2000) e 11 cursos de Mestrado, ministrados e em funcionamento. Mas sim, salientar algumas evidências e reflectir sobre algumas perspectivas que se lhe apresentam.

Para além das finalidades intrínsecas da instituição universitária, o acto normativo que cria a Universidade da Beira Interior faz referência a finalidades que ultrapassam claramente o espectro convencional das missões da Universidade. São, pois, referidas finalidades relacionadas com o combate da erosão demográfica, através do contributo para a atracção e fixação da população, e a revitalização económica e social, visando combater a trajectória acentuada de declínio industrial induzida pela crise dos lanifícios, sector no qual ancorava o potencial industrial da economia local.

Obviamente, que estas finalidades dificilmente poderão ser realizadas se dependerem unicamente da iniciativa da Universidade, e estou certo que tal estava presente na consciência do legislador. Tais finalidades requerem não só políticas complementares sujeitas a um processo de articulação territorial como também um longo período de maturação e aprendizagem colectiva.

A perspectiva vertical de intervenção que tem predominado deve ser reorientada de acordo com uma lógica horizontal e que contrarie o processo de *insularização* dos actores. O que se verifica é não só a persistência do modelo vertical, como também a insuficiência de políticas complementares com elevadas sinergias com o projecto universitário, nomeadamente, a promoção da articulação das políticas científica, tecnológica, industrial, urbana, de formação e de infra-estruturas.

A presença destes factores não inibiu, porém, a ocorrência de evidentes efeitos positivos e que indubitavelmente se encontram associados ao desenvolvimento do projecto universitário.

Do ponto de vista demográfico, é observável a incapacidade de contrariar a dinâmica de erosão. Contudo, são visíveis movimentos de recomposição da estrutura demográfica e social com significativo impacte na dinâmica económica, social e cultural. É certo que uma parte deste movimento de recomposição demográfica está sujeito a uma renovação cíclica de acordo com o horizonte temporal das licenciaturas, pelo facto de ser induzido pela presença de uma população estudantil que na sua significativa maioria não é atraída pelo reduzido poder de fixação da região. Porém, os seus efeitos associados ao crescimento significativo de docentes e quadros superiores introduziu na comunidade local novos segmentos na estrutura social.

No que concerne ao seu impacte sobre a estrutura económica, a consequência mais visível são os efeitos sobre a recomposição sectorial. De facto, a estrutura da economia local passou a beneficiar de um sector exportador de serviços de educação de nível superior. Com efeito, estima-se que 60% da população estudantil seja oriunda de outras regiões. Tal movimento representa um dos mais significativos contributos para a diversificação qualificante da estrutura económica local.

Uma outra consequência, que no caso da Universidade da Beira Interior parece constituir uma situação singular, é o seu forte contributo para a requalificação urbanística através da recuperação de infra-estruturas fabris desactivadas, bem como um importante esforço de recuperação e valorização do património físico, histórico e cultural associado à actividade dos lanifícios.

Com a implantação da Universidade a região passou a ter mais um actor com funções de intermediação entre a região e o exterior, nomeadamente o estrangeiro. Existem desde à longo tempo fortes fluxos de interacção com o exterior, nomeadamente com os mercados nacionais e internacionais em resultado da acentuada vocação exportadora do tecido empresarial. Estes fluxos estabelecidos via mercado mantêm vitalidade e colocam esta região num lugar singular num contexto do interior.

Verifica-se, ainda, que os fluxos de natureza científica e tecnológica assumem um papel predominante e estratégico, não apenas devido à sua natureza e intensidade, mas aos mecanismos de endogeneização do conhecimento científico gerados pelos programas de cooperação científica, de doutoramento, de mobilidade de docentes e estudantes e de inserção em redes nacionais e internacionais de investigação. O que significa que a Universidade se encontra inserida na dinâmica de internacionalização, que constitui uma das características estruturantes das mudanças que afectam a organização do sistema científico e tecnológico.

Reconhece-se, contudo, que os fluxos científicos e tecnológicos situam-se fundamentalmente no quadro da comunidade académica. Tal traduz que os mecanismos de regulação dos fluxos de

transferência de conhecimento são determinados pela lógica estrita da comunidade científica e que as interações com outros sectores produtores e utilizadores de conhecimento científico e tecnológico, como as empresas e o sector público, são ainda muito incipientes.

O desenvolvimento de modelos de colaboração com parceiros externos ao meio académico é uma tarefa difícil, de longa maturação e que requer a criação de um clima de confiança, de capacidade de comunicação e de partilha de benefícios. As razões explicativas da inexistência ou da incipiente colaboração com empresas ou outros sectores são diversas e conhecem um elevado grau de universalidade.

Culturas e objectivos diferentes, acentuado *gap* tecnológico, e a não convergência entre as oportunidades tecnológicas criadas pelas actividades de investigação e as necessidades tecnológicas da estrutura produtiva existente constituem factores que têm estimulado as universidades a envolverem-se activamente no apoio à criação de empresas utilizadoras das tecnologias por elas criadas, induzindo deste modo a emergência de novos sectores. Tal fenómeno não conhece expressão no caso em presença, bem como em termos nacionais.

Finalmente, observam-se alguns indícios de que as universidades portuguesas começam a sentir em algumas áreas científicas, nomeadamente nas engenharias, insuficiente procura de formação. O agravamento desta tendência vai induzir um aumento de competitividade entre universidades no sentido de captar segmentos da procura de modo a rentabilizar as suas capacidades de oferta de formação. É evidente um acréscimo de investimento nas políticas de marketing institucional e em campanhas de divulgação junto das escolas secundárias.

A verificar-se esta tendência, as universidades do Interior tenderão a ser mais penalizadas, nomeadamente por razões de custos associados à deslocação dos estudantes para áreas afastadas das regiões de origem. Tal poderá conduzir a um excesso de capacidade de recursos e à necessidade de repensar a sua reafectação. Dada a pouca exequibilidade de políticas de tipo empresarial, como *downsizing*, uma trajectória possível é a reorientação dos recursos humanos disponíveis para actividades de investigação, criando possibilidades para um maior equilíbrio entre as diferentes missões, favorecendo a alteração do quadro actual centrado predominantemente na função ensino.

5. Instituto de Estudos Superiores do Litoral Alentejano: especificidades de um projecto

O projecto que o Instituto de Estudos Superiores do Litoral Alentejano se propõe desenvolver apresenta especificidades sobre as quais importa reflectir, ainda que sumariamente, no contexto da análise que temos vindo a debater.

Um primeiro e importante aspecto a salientar é o facto de constituir o resultado de uma parceria entre o poder local e uma instituição académica externa à comunidade. Os objectivos que conduziram a esta parceria poderão ser de vária ordem como, entre outros, colmatar insuficiências de cobertura da rede de Ensino Superior, prosseguir uma colaboração orientada para os problemas do desenvolvimento local e constituir um espaço de reflexão estratégica. Com efeito, este modelo de colaboração poderá induzir, desde que salvaguardada a autonomia científica e pedagógica e a vocação das diferentes instituições, dinâmicas conducentes a uma valorização das intervenções dos diferentes parceiros e à mobilização de outros actores.

Outro aspecto a considerar é o enfoque nos cursos de pós-licenciatura e pós-graduação. Esta orientação é claramente mais favorável a uma articulação do ensino e da investigação orientada para os problemas locais e que face ao carácter e horizonte temporal deste tipo de formação é possível uma renovação e ajustamento das áreas e conteúdos disciplinares, permitindo ao longo do tempo abranger um espectro mais dilatado de tópicos e problemáticas a abordar.

Um terceiro aspecto reside na flexibilidade do investimento material. Pois um modelo desta natureza apresenta reduzidos custos irreversíveis, não constituindo, do ponto de vista financeiro, um projecto de elevado risco.

Finalmente, a comunidade local passa a dispor de mais uma estrutura de intermediação com o exterior, de elevada qualificação e competências em domínios inexistentes, podendo, deste modo, beneficiar do capital e da experiência acumulada pela componente académica em resultado da sua participação em redes de diferente natureza: formais, informais, científica, tecnológica, política e cultural.

6. Conclusão

A utilização das Instituições de Ensino Superior como instrumento de política regional coloca-as perante um desafio e impõe objectivos e tarefas que ultrapassam visivelmente as missões tradicionais. O seu desempenho e a capacidade de se afirmarem como incubadoras de

desenvolvimento está fortemente dependente da sua capacidade de auto-regeneração, bem como o envolvimento de outros actores, públicos e privados, numa longa trajetória de experiência e aprendizagem.

Trata-se, com efeito, de desafios que requerem uma elevada mobilização de energias e uma profunda alteração dos modelos de intervenção e organizacionais. A eficácia perante os desafios parece não depender de níveis de *massa crítica* significativos. Iniciativas descentralizadas, não apoiadas em pesadas infra-estruturas físicas, poderão, através do seu enquadramento em redes, beneficiar dos efeitos de interação e de sinergia necessários à prossecução eficaz das finalidades previamente estabelecidas. Deste modo, poderão dar um contributo significativo para a emergência de dinâmicas de desenvolvimento susceptíveis de alterar positivamente as condições de bem-estar das comunidades locais que as acolhem.

REFERÊNCIAS

BLEANEY, M. *et al* , 1992. "What does a university add to its local economy", *Applied Economic*, 42: 305-311

BRACZIK, Hans-Joachim, COOKE, Philip e HEIDENREICH, Martin, (eds.), 1998. *Regional Innovation Systems*, London:UCL Press Limited.

CARAÇA, J. CONCEIÇÃO, P, e HEITOR, M., 1996. "Uma perspectiva sobre a missão das universidades", *Análise Social*, XXXI (139) (5°): 1201-1233.

CONCEIÇÃO, Pedro e HEITOR, Manuel V., 1998. "Perspectivas sobre o papel da universidade na economia do conhecimento", in *Reinventar a Universidade*, Educação e Sociedade, Março, 2: 70-98.

COUTO, Alcino, 1998. "University-industry-government relations: some reflections on methodological issues in the context of less favoured regions", in *Triple Helix II Conference: The Future Location of Research*. New York City/Purchase, 7-10 January.

DAVID, P. e FORAY, D., 1995. "Accessing and expanding the science and technology knowledge based", *STI Review*, 16, OECD, Paris.

FIDALGO, António, 1998. *Universidade. Dispersos sobre a Universidade em Geral e a UBI em Particular*, Covilhã.

- FLORAX, R., 1992. *The University: a Regional Booster? Economic Impacts of Academic Knowledge Infrastructure*, Avebury, Aldershot.
- FORAY, D. e LUNDEVALL, B-Å, 1996. "The knowledge-based economy: from the economics of knowledge to the learning economy", *Employment and Growth in Knowledge-based Economy*, Paris, OECD: 11-30.
- HSU, David e BERNSTEIN, Tim, 1997. "Managing the university technology licensing process: findings from case studies", http://www.crpc.rice.edu/autm/publications/journal/97/1_97.html
- JONES-EVANS, Dylan, 1997. "Entrepreneurial universities - policies, strategy and practice", in *1st International Conference on Technology Policy and Innovation*, Macau, 2-4 July.
- LUCAS, C., 1998. *Rethinking Higher Education in America*, New York , St Martin's Press.
- MILLER, Riel, 1995. *Territorial Development and Human Capital in the Knowledge Economy: Towards a policy Framework*, Paris , OECD.
- OCDE, 1987. *O Papel da Educação no Desenvolvimento Económico*, Lisboa, GEP/ME.
- ROSA PIRES, Artur, RODRIGUES, Carlos and CASTRO, Eduardo, 1998. "The cooperation between higher education-industry-government in Portugal: evolving policies and practices." in *Triple Helix II Conference: The Future Location of Research*. New York City/Purchase, 7-10 January.
- ROSA PIRES, Artur, and CASTRO, Eduardo, 1997. "Can a strategic project for a university be strategic to regional development? ", *Science and Public Policy*, February: 15-20.
- REIGADO, Marques, 1993. "Universidade, inovação e desenvolvimento", in *Seminário Investigação Científica, Inovação e Desenvolvimento Regional*, Coimbra, Setembro, CCRC
- ROSENBERG, N. and NELSON, R., 1996. "The roles of the universities in advance of industrial technology", in R. S. Rosenbloom and W. J. Spencer (eds.), *Engines of Innovation*, Cambridge, M.A, Havard Business School Press.
- VARGA, Attila, 1997. *Regional Economic Effects of University Research: A Spatial Economic Perspective*, PhD. Dissertation, West Virginia University, UMI microform edition.